

Governança Climática

A agenda climática do Brasil é construída a muitas mãos. **Governo federal, estados, municípios, academia, iniciativa privada e sociedade civil** atuam juntos agora no **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima**, garantindo que as políticas públicas sobre mudança do clima sejam monitoradas e implementadas de forma integrada.

Construir um futuro sustentável exige mais do que promessas: exige continuidade. A governança climática fortalece o planejamento de longo prazo e assegura que os programas ambientais não mudem a cada governo. **Quanto mais ativa, transparente e participativa for essa governança, mais seguro será o futuro que construiremos juntos.**

Engaje e fortaleça essa governança!



Escaneie e acesse o site:
o principal canal de transparência e repositório do CIM para conferir notícias e informações sobre as câmaras e grupos técnicos.

Governança Multissetorial e Multinível para Ação Climática:



Principal colegiado de governança climática



Articulação interministerial, transparência e governança multinível



Responsável pela elaboração e acompanhamento do Plano Clima



Responsável pela promoção, coordenação e monitoramento da implementação das políticas climáticas em conformidade com a PNMC

Supported by:



Por meio de:



on the basis of a decision by the German Bundestag

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

CASA CIVIL

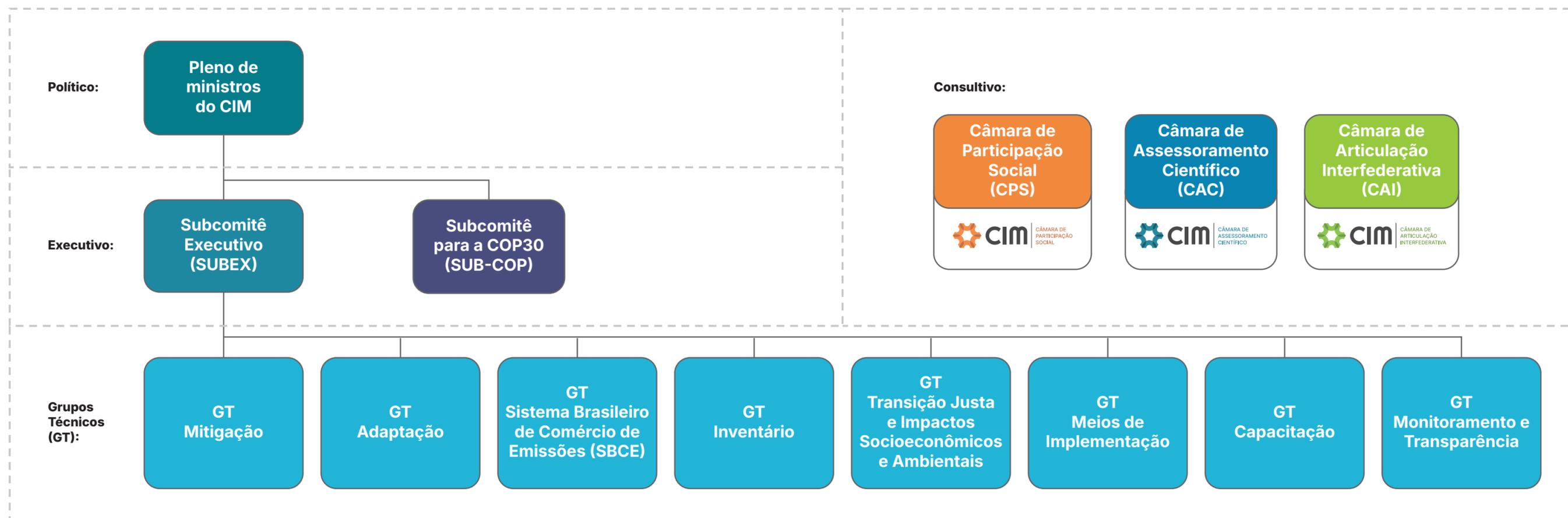
GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Sobre o CIM

O **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM)** é o principal colegiado de governança climática do Brasil, reunindo diferentes ministérios para alinhar ações, monitorar e avaliar as políticas previstas na **Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**. Entre suas atribuições, destaca-se a formulação e o acompanhamento do **Plano Clima**, instrumento estratégico que orienta a resposta nacional à emergência climática.

Restaurado em 2023, o CIM reafirma o compromisso do Brasil com a agenda climática global e com o cumprimento da sua NDC no âmbito do **Acordo de Paris**, promovendo a implementação de políticas climáticas com transparência, articulação interministerial e integração entre os diferentes níveis de governo.

Estrutura de Governança do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima:



	Pleno de ministros do CIM	Subcomitê-Executivo (SUBEX):	Câmara de Participação Social (CPS)	Câmara de Assessoramento Científico (CAC)	Câmara de Articulação Interfederativa (CAI)	Grupos Técnicos (GTs)
O que é:	Instância máxima de decisão no âmbito do CIM	Instância executiva permanente de assessoramento ao Pleno de Ministros do CIM	Instância consultiva com o objetivo de garantir a participação ativa da sociedade civil	Instância consultiva com o objetivo de subsidiar a política climática com a melhor ciência disponível	Instância consultiva com o objetivo de garantir a participação ativa de Estados do Distrito Federal e dos municípios na construção e na implementação de políticas climáticas	Espaços temporários criados para analisar temas específicos, desenvolver propostas e fornecer subsídios técnicos às decisões do SUBEX e CIM
Composição:	23 Ministros de Estado e membros sem voto das câmaras consultivas	11 Secretários de Estado	50 representantes da sociedade civil e do setor privado	30 especialistas da comunidade científica	30 representantes dos entes federativos	A ser definida no ato de criação do GT, com representantes dos ministérios que compõem o CIM e poderá incluir representantes das câmaras e convidados
Atribuições:	Deliberação estratégica, coordenação política e aprovação de produtos recebidos das demais instâncias do CIM	Direção executiva dos trabalhos, por meio da articulação entre as diferentes estruturas da governança do CIM, consolidação final dos insumos produzidos e gestão da agenda decisória do Pleno de Ministros do CIM	Propor recomendações para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de instrumentos e políticas setoriais e transversais sobre mudança do clima, incluindo as estratégias de mitigação e adaptação previstas no Plano Clima e suas atualizações.	Propor recomendações para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e aplicação de políticas e instrumentos relacionados à mudança do clima; assessorar tecnicamente o comitê com dados, estudos e informações científicas que apoiem o planejamento e a tomada de decisão; além de promover a conscientização pública e a divulgação científica sobre as causas, os efeitos e as soluções para a crise climática.	Propor recomendações para o aperfeiçoamento, elaboração e implementação de instrumentos e políticas setoriais e transversais sobre mudança do clima, bem como acompanhar e monitorar a implementação da política climática em nível estadual e municipal	Desenvolver documentos técnicos sobre temas específicos, cada GT terá um objetivo definido no ato de sua criação

Composição de membros do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM):

Presidência: Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); **Secretaria-Executiva:** Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); Advocacia-Geral da União (AGU); Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Ministério das Cidades (MCID); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Igualdade Racial (MIR); Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério das Mulheres (MM); Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Ministério de Povos Indígenas (MPI); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério dos Transportes (MT); Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR); Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR); Membros sem direito a voto: dois membros pela Câmara de Participação Social, dos quais um deles será o Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC); dois pela Câmara de Articulação Interfederativa; e dois pela Câmara de Assessoramento Científico, dos quais um deles será o Coordenador-Científico da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima).

Composição do Subcomitê-Executivo (SUBEX):

Coordenação: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Ministério das Cidades (MCID); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Composição da Câmara de Articulação Interfederativa (CAI-CIM):

Fórum Nacional de Governadores; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA); Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA); Associação Brasileira de Municípios (ABM); Confederação Nacional de Municípios (CNM); Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP); Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD); Consórcio Amazônia Legal (CAL); Consórcio Nordeste; e Consórcio Brasil Central (BrC).

Composição da Câmara de Participação Social (CPS-CIM):

Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima (FBMC); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Indústria Brasileira de Árvores (IBA); Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (ASBRAER); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Instituto Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS); Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEÉolica); Instituto E+ Transição Energética (Instituto E+); Instituto de Apoio a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; Instituto Rede Brasil do Pacto Global (Pacto Global); Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA); Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (ABIVIDRO); Observatório do Clima (OC); Instituto Socioambiental (ISA); Plataforma CIPÓ; Fundo Mundial para a Natureza - WWF - Brasil; Greenpeace Brasil; Instituto Talanoa, Centro Brasil no Clima e Fundação SOS Mata Atlântica; WRI - Brasil; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); Geledés – Instituto da Mulher Negra; N'zinga – Coletivo de Mulheres Negras; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS); Fórum Nacional de Educação (FNE); Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro (MNPR - RJ); OXFAM Brasil; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Fundação Amazônia Sustentável (FAS); Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil); Cáritas Brasileira (CB); Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES Brasil); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); EmpoderaClima; Organização da Juventude Global; Associação Metareilã do Povo Indígena Suruí; Instituto Internacional ARAYARA de Educação e Cultura.

Composição da Câmara de Assessoramento Científico (CAC-CIM)*:

Moacyr Cunha de Araujo Filho (UFPE); Jean Pierre Henry Balbaud Ometto (UFPE); Jean Paul Metzger (USP); Mariana Moncassim Vale (UFRJ); Maria Fernanda Lemos (PUC-RJ); Tatiana Gadda (UFPR); Carlos Afonso Nobre (USP); Gilvan Sampaio (INPE); Paulo Eduardo Artaxo Netto (USP); Saulo Rodrigues Filho (UnB); Ricardo Abramovay (USP); Edson Paulo Domingues (UFMG); Regina Rodrigues (UFSC); Jose Antonio Marengo Orsini (Cemaden); Carolina Dubeux (UFRJ); Annelise Vendramini (FGV); Leticia Cotrim da Cunha (UERJ); Margareth Da Silva Copertino (FURG); Vanderlecia O. Santos (INPA); Patricia Pinho (IPAM); Paulo Hilário Nascimento Saldiva (USP); Mauricio Barreto (Fiocruz BA); Ane Auxiliadora Costa Alencar (IPAM); Ima Célia Guimarães Vieira (MPEG); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (UnB); Mariangela Hungria (Embrapa); André Frossard Pereira de Lucena (UFRJ); Adalberto Luis Val (INPA); Javier Tomasella (INPE); e Vera Lucia Antunes De Lima (UFCEG).

*Os titulares e suplentes selecionados para integrar essa câmara foram selecionados a partir das indicações da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Sobre o Plano Clima

O **Plano Clima** é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e foi criado para viabilizar a implementação da **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)** do Brasil, que define os compromissos de mitigação e adaptação do país até 2035, em consonância com o **Acordo de Paris**.

O compromisso estabelece:

59% a 67%

de redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa do país em 2035, na comparação aos níveis de 2005.

Previsão de redução para

850 milhões a 1,05 bilhão

toneladas de gás carbônico equivalente até 2035.

Visão:

O Plano Clima coloca o Brasil na trajetória de se tornar um país sustentável, resiliente, seguro, justo e próspero, com os governos, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade científica conscientes, engajados e atuando de forma integrada diante da mudança do clima.

Objetivo Geral:

Orientar, promover, implementar e monitorar ações coordenadas que visem à transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa (GEE) até 2050 e à adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo, à luz do desenvolvimento sustentável e da justiça climática.

Estratégia Nacional de Mitigação

Planos Setoriais de Mitigação

- 1 Conservação da Natureza
- 2 Agricultura e Pecuária
- 3 Energia, incluindo Mineração
- 4 Transportes
- 5 Indústria
- 6 Resíduos e Efluentes Domésticos
- 7 Cidades, incluindo Mobilidade Urbana



Estratégias Transversais para a Ação Climática

Transição Justa

Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Transição

Meios de Implementação

Educação, Inovação, Capacitação, Desenvolvimento e Pesquisa

Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência



Estratégia Nacional de Adaptação

Planos Setoriais de Adaptação

- 1 Agricultura e Pecuária
- 2 Agricultura Familiar
- 3 Biodiversidade
- 4 Cidades
- 5 Energia
- 6 Igualdade Racial e Combate ao Racismo
- 7 Indústria e Mineração
- 8 Oceano e Zona Costeira
- 9 Povos e Comunidades Tradicionais
- 10 Povos Indígenas
- 11 Recursos Hídricos
- 12 Redução e Gestão de Riscos e Desastres
- 13 Saúde
- 14 Segurança Alimentar e Nutricional
- 15 Transportes
- 16 Turismo